

---

## **Gestões polêmicas e investigações no MEC: a prisão de Milton Ribeiro e o desgaste do governo Bolsonaro na edição do *Jornal Nacional*<sup>1</sup>**

Simone Teixeira MARTINS<sup>2</sup>

Iluska COUTINHO<sup>3</sup>

Jemima BISPO<sup>4</sup>

Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG

### **RESUMO**

Desde o início de seu governo, Jair Bolsonaro coleciona polêmicas e investigações, principalmente quando se trata da área da Educação. Em pouco mais de três anos, cinco ministros já passaram pelo cargo. O último a pedir exoneração, o pastor Milton Ribeiro, foi preso e depois solto em uma operação da Polícia Federal que investiga o favorecimento de pastores na distribuição de verbas do MEC. Tomando por base essa última informação, nosso objetivo nesse trabalho é o de analisar o enfoque dado pelo *Jornal Nacional* ao fato, em sua edição do dia 22 de junho. Lançamos olhar para a construção narrativa jornalística proposta pelo noticiário para a prisão, assim como o enquadramento noticioso empregado na reação de Jair Bolsonaro, que teve a imagem do seu governo desgastada.

**PALAVRAS-CHAVE:** Telejornalismo; Análise da Materialidade Audiovisual; MEC; Jair Bolsonaro; Milton Ribeiro.

Polêmico desde quando era deputado federal, Jair Bolsonaro permanece adotando a mesma postura à frente do Palácio do Planalto. Governa para os seus e mantém a seu lado apenas os que compartilham dos mesmos modos de fazer e enxergar a sociedade.

Ainda durante a campanha para as eleições de 2018, o atual presidente da República afirmava que seguiria critérios técnicos para a escolha dos ministros que comporiam seu governo, o que acabou não se concretizando. Há mais de três anos

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP Telejornalismo, XXII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 45º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Doutoranda e Mestre em Comunicação pela UFJF. Bolsista Capes, desenvolve estudos na linha de Pesquisa Mídias e Processos Sociais do PPGCOM da UFJF. Pesquisadora do NJA (Núcleo de Jornalismo e Audiovisual). e-mail: [sitema@gmail.com](mailto:sitema@gmail.com).

<sup>3</sup> Doutora em Comunicação Social, professora do curso de Jornalismo e do PPGCOM da Faculdade de Comunicação da UFJF, coordenadora e pesquisadora do Núcleo de Jornalismo e Audiovisual. E-mail: [iluskac@globocom.com](mailto:iluskac@globocom.com).

<sup>4</sup> Doutoranda e Mestre em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora. Pesquisadora do Núcleo de Jornalismo e Audiovisual. E-mail: [jemimabispo0@gmail.com](mailto:jemimabispo0@gmail.com)

---

ocupando a presidência, Bolsonaro já nomeou – e demitiu – diversos membros de sua equipe. Exemplo claro dessa prática, o foco que abordaremos ao longo deste trabalho, diz respeito à pasta da Educação. Do início de seu mandato até hoje, cinco ministros ocuparam o MEC: Ricardo Vélez Rodriguez, Abraham Weintraub, Carlos Decotelli, Milton Ribeiro e Victor Godoy Veiga (sem contar com o interino Antônio Paulo Vogel e com outro convidado, Renato Feder, que sequer chegou a ser empossado).

Tomando por base ainda o tensionamento existente entre governo e mídia, evidenciado em coberturas que mostram as decisões do executivo, principalmente na tela do Jornal Nacional (JN), observamos a relevância e o papel do jornalismo profissional para elucidar as irregularidades cometidas ao longo da gestão de Bolsonaro, principalmente no que se refere à pasta da Educação. A análise descrita neste artigo toma como recorte a edição do JN do dia 22 de junho de 2022, quando o ex-ministro da Educação e pastor Milton Ribeiro foi preso e depois solto em uma operação da Polícia Federal que investiga o favorecimento de pastores na distribuição de verbas do MEC. Nesse sentido, nossa proposta é a de, por meio da Metodologia da Análise da Materialidade Audiovisual (COUTINHO, 2016), analisar o enfoque dado pelo noticiário à prisão de Ribeiro. Destacaremos, ainda, a construção narrativa jornalística proposta pelo Jornal Nacional para o fato, assim como o enquadramento noticioso empregado na reação de Jair Bolsonaro com a prisão do ex-ministro, por quem o presidente colocaria sua “cara no fogo”<sup>5</sup>. Ademais, interessa-nos evidenciar que nossa proposta se relaciona a outras análises já realizadas sobre a cobertura da educação no governo Bolsonaro, elencadas nas referências.

### **Embate de narrativas entre JN e a Educação no Governo Federal**

Importa destacar, inicialmente, que, de acordo com os dados da última Pesquisa Brasileira de Mídia disponibilizada, em 2016, os telejornais constituem, no Brasil, a principal forma de acesso à informação sobre o que ocorre no país e no mundo. Em uma sociedade em que o acesso a direitos básicos como saúde, alimentação e educação é muito

---

<sup>5</sup> Disponível em <https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/06/22/de-boto-minha-cara-no-fogo-pelo-milton-a-responda-pelos-atos-dele-as-declaracoes-de-bolsonaro-antes-e-depois-da-prisao-do-ex-ministro-da-educacao.ghml>. Acesso em 05/07/2022.

---

desigual, as emissoras de televisão aberta desempenham papel relevante na construção social e no sentimento de pertencimento dos indivíduos.

No Brasil, os espectadores tomam conhecimento do mundo que os cerca por meio dos telejornais, sobretudo os veiculados por emissoras de TV aberta e em rede nacional. O Jornal Nacional, carro-chefe da Rede Globo de Televisão, completou 50 anos no ar em 2019 e tem sido responsável por assumir uma postura didática para seus telespectadores. Desde sua primeira exibição, é líder de audiência e conquistou a preferência do público<sup>6</sup>, sendo reconhecido como um dos mais respeitáveis do país. No prefácio do livro em comemoração aos 50 anos do Jornal Nacional, João Roberto Marinho (2019), um dos filhos de Roberto Marinho, fundador da Rede Globo de Televisão e das empresas de comunicação do Grupo Globo, enfatizou que o compromisso do noticiário se dá com o povo brasileiro, com quem se relaciona diariamente.

Juliana Gutmann (2009, p. 13-14) ressalta ainda que o JN se destaca enquanto produto midiático responsável pela obtenção de informação pela maioria da população brasileira e que o noticiário é responsável por construir “uma posição de representante da sociedade civil, convocando contato com a audiência, a qual, por sua vez, reconhece o papel de autoridade do programa como instituição legitimada para dizer sobre os fatos relevantes da e na atualidade”.

Por outro lado, ressaltamos que, desde que Jair Bolsonaro assumiu seu governo – e adotou uma postura crítica e contrária à Rede Globo de Televisão – os noticiários da emissora, em especial o Jornal Nacional, começaram a se posicionar como espaços de questionamento do governo. Entendemos que isso aconteça pelo fato de a emissora pretender retomar seu “local de fala”, buscando assumir o lugar de detentora da informação (e do poder, conseqüentemente). Já no que diz respeito à cobertura das trocas de ministros da Educação nos três anos de exercício da presidência, reiteramos que Jair Bolsonaro governa para os seus. Entre janeiro de 2019 e julho de 2022, cinco ministros ocuparam o comando do MEC, sendo nomeados e exonerados em função de irregularidades cometidas, escândalos e problemas políticos.

Primeiro nomeado para o Ministério da Educação, o filósofo Ricardo Vélez Rodríguez ficou no cargo por apenas três meses e acabou sendo demitido pelo presidente por proferir críticas à sua gestão, além de adotar medidas questionáveis à frente da pasta.

---

<sup>6</sup> Disponível em <https://www.kantaribopemedia.com/conteudo/dados-rankings/audiencia-tv-15-mercados/>. Acesso em 13/11/2021.

---

O segundo a ocupar o cargo foi o economista Abraham Weintraub, que comandou o MEC de abril de 2019 a junho de 2020. Weintraub compartilhava dos mesmos ideais do chefe do Executivo, era integrante da denominada ala ideológica do governo e acumulou uma série de frases e posturas polêmicas em uma gestão marcada, principalmente, pelo contingenciamento de gastos com a Educação para conseguir cumprir com a meta fiscal para 2019 do governo federal.

Já o terceiro nome indicado para o Ministério da Educação foi o do professor Carlos Decotelli, elogiado pelo próprio presidente em suas redes sociais treze dias após a saída de Weintraub. Todavia, o economista teve sua nomeação cancelada após a repercussão de que o professor havia mentido sobre informações em seu currículo publicizada pelos veículos de comunicação, que promoveram um jornalismo investigativo ao descobrir – e divulgar – que Decotelli não havia concluído o curso de doutorado da Universidade de Rosário, na Argentina, por sua tese ter sido reprovada, e tampouco era pós-doutor pela Universidade de Wuppertal, na Alemanha.

Renato Feder foi anunciado como o quarto Ministro da Educação do governo Bolsonaro. Entretanto, o secretário de Educação e Esporte do Paraná recusou o convite. Indicado por partidos políticos que compõem o denominado Centrão no Congresso, Feder foi o sétimo maior doador da campanha eleitoral de 2018, quando era proprietário da empresa Multilaser. O ex-ministro da Educação Milton Ribeiro, por sua vez, assumiu a pasta depois de quase um mês do cargo vago. Teólogo, advogado, doutor em Educação, professor e pastor da Igreja Presbiteriana, além de vice-reitor da Universidade Presbiteriana Mackenzie, Milton Ribeiro, depois de tomar posse no ministério, postou em uma de suas redes sociais, o *twitter*, que tinha a intenção de dedicar esforços e conhecimentos para ajudar o governo a oferecer uma “educação que projete esperança” ao futuro do país<sup>7</sup>. Acabou pedindo demissão, no dia 28 de março de 2022, depois de vir à tona um suposto favorecimento de pastores promovido por ele na distribuição de verbas do MEC.

Já no dia 18 de abril de 2022, Jair Bolsonaro nomeou Victor Godoy Veiga como seu quinto ministro da Educação efetivo. O atual gestor do MEC ocupava o cargo

---

<sup>7</sup> “Cheguei ontem a Brasília. Minha intenção é dedicar o melhor dos meus esforços, conhecimento e dedicação, para auxiliar o presidente Bolsonaro a oferecer educação que projete esperança ao futuro do nosso país através da formação de nossos filhos. Assim Deus nos ajude”. Disponível em [https://twitter.com/mribeiroMEC/status/1282982135381536774?ref\\_src=twsrc%5Etfw%7Ctwcamp%5Etwembed%7Ctwterm%5E1282982135381536774%7Ctwgr%5E%7Ctwcon%5Es1\\_%ref\\_url=https%3A%2F%2Fdesafiosdaeducacao.grupoa.com.br%2Fmilton-ribeiro-mec%2F](https://twitter.com/mribeiroMEC/status/1282982135381536774?ref_src=twsrc%5Etfw%7Ctwcamp%5Etwembed%7Ctwterm%5E1282982135381536774%7Ctwgr%5E%7Ctwcon%5Es1_%ref_url=https%3A%2F%2Fdesafiosdaeducacao.grupoa.com.br%2Fmilton-ribeiro-mec%2F). Acesso em 11/02/2021.

---

interinamente desde a exoneração de Milton Ribeiro, em 30 de março. Nesse contexto, destacamos que a dança das cadeiras no MEC teve início desde o começo do mandato de Bolsonaro, principalmente em função das disputas dentro do próprio governo entre as alas olavista<sup>8</sup> e militar<sup>9</sup> e é alvo constante de críticas e protestos de diversas entidades ligadas à Educação contra os ataques endereçados à educação pública, gratuita, laica e de qualidade.

Nesse sentido, e diante da troca de ministros e dos escândalos na pasta, nossa proposta neste trabalho é a de lançarmos o olhar para a cobertura telejornalística adotada pelo Jornal Nacional sobre a prisão do ex-ministro e pastor, Milton Ribeiro, no dia 22 de julho de 2022, com foco em perceber as relações (e o poder) desse fato com o governo federal, causando desgaste ao chefe do executivo em ano eleitoral.

Dessa forma, e em diálogo com a perspectiva da Dramaturgia do Telejornalismo (COUTINHO, 2012), importa acrescentar que entendemos as telas de televisão e outros dispositivos como espaço onde são representados os temas que, também por meio de sua inserção nos noticiários, são tornados públicos no Brasil. Iluska Coutinho (2012), ao conceituar a Dramaturgia do Telejornalismo, argumenta que a narrativa da informação apresentada nos noticiários é estruturada como um drama cotidiano, colocando em tela a representação de ações de diferentes personagens na tentativa de resolver conflitos sociais reais ou de caráter eminentemente narrativo.

### **A prisão de Milton Ribeiro e a postura contraditória do chefe do executivo na tela do JN sob a ótica da Análise da Materialidade Audiovisual**

Antes de analisar a cobertura jornalística feita pelo Jornal Nacional sobre a prisão do ex-ministro, esclarecemos que, como estratégia de observação, utilizamo-nos do método desenvolvido no Núcleo de Jornalismo e Audiovisual da FACOM-UFJF, coordenado pela Dra. Iluska Coutinho. Fundamentados no método denominado de Análise da Materialidade Audiovisual, as pesquisas realizadas tomam como objeto de avaliação a unidade texto+som+imagem+tempo+edição em toda sua complexidade de códigos, sentidos e símbolos (COUTINHO, 2016). A autora sugere uma pesquisa

---

<sup>8</sup> Em linhas gerais, a ala olavista é também conhecida como ala ideológica no governo de Jair Bolsonaro. Ela é formada por seguidores de Olavo de Carvalho e compõem a ala mais radical do bolsonarismo na política.

<sup>9</sup> A ala militar do governo é composta por militares das forças armadas.

bibliográfica aprofundada e, em seguida, a construção de uma ficha baseada em eixos de análise que é desenvolvida a partir das necessidades de observação, juntamente com o referencial teórico, já anteriormente explicitado, e que revela uma espécie de “entrevista do objeto”, visto que assim é possível analisar os conteúdos audiovisuais por meio de uma moldura específica e apropriada aos objetivos e objetos de pesquisa.

Para o presente trabalho, desenvolvemos uma ficha de análise que busca compreender a cobertura da prisão do ex-ministro da Educação, Milton Ribeiro, em 22 de junho, assim como as contradições no discurso de Jair Bolsonaro sobre o pastor. Para tanto, abordaremos três eixos de observação: o espaço em que os conteúdos ligados ao fato tiveram no JN; o papel assumido pelo chefe do executivo em decorrência da prisão de seu ex-ministro; e o enquadramento adotado pelo Jornal Nacional na construção narrativa da prisão e das afirmações de Bolsonaro.

Assumindo uma postura questionadora, os âncoras do JN abrem a edição do dia 22 de junho<sup>10</sup> do noticiário em tom condenatório ao destacar existir “suspeita de corrupção e tráfico de influência no Ministério da Educação” (JORNAL NACIONAL, 2022, 0m00s). Entre troca de câmeras e apresentadores, a operação da Polícia Federal é o destaque do telejornal.

Por ordem da Justiça a Polícia Federal prende o ex-ministro Milton Ribeiro  
(...) e também os pastores Gilmar Santos e Arilton Moura.  
As prisões foram três meses depois da denúncia de irregularidades com dinheiro da Educação  
(...) e noventa dias depois de uma defesa enfática, (“eu boto a minha cara no fogo pelo Milton; a minha cara toda no fogo pelo Milton”<sup>11</sup>, inserindo parte da *live* exibida)  
(...) o presidente Jair Bolsonaro muda de discurso (“o caso do Milton, pelo que eu estou sabendo, é aquela questão que ele estava de... estaria, né? com uma conversa meio informal demais com algumas pessoas de confiança dele e daí houve denúncia que ele teria buscado prefeito, gente dele, pra negociar, pra liberar recursos, isso e aquilo”<sup>12</sup>).  
(JORNAL NACIONAL, 2022, 0m50s)

A escalada segue com os assuntos de destaque, com a recomendação do Ministério Público Federal para a interrupção da gravidez da criança de 11 anos que havia sido vítima

<sup>10</sup> Disponível em <https://globoplay.globo.com/v/10694250/>. Acesso em 06/07/2022.

<sup>11</sup> Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=Nv6MG-LLmR8>. Acesso em 06/07/2022.

---

de estupro, a prisão do procurador que agrediu uma colega de trabalho, o terremoto no Afeganistão e a morte da atriz Marilu Bueno.

A reportagem de abertura do telejornal é a relacionada à prisão de Milton Ribeiro. Willian Bonner, na bancada e em tom crítico, denuncia que a “suspeita de tráfico de influência e de corrupção com dinheiro da Educação [ressalta a palavra, para enfatizar a importância da Educação para toda a sociedade, destacamos] levou a justiça a ordenar a prisão do ex-ministro Milton Ribeiro e dos pastores Gilmar Santos e Arilton Moura” (JORNAL NACIONAL, 2022, 01m48s).

A notícia tem início com imagens do pastor sendo conduzido por policiais federais na porta de um prédio, ratificando que o ex-ministro havia cometido um crime contra o país e condenando-o pelo desvio de verbas, apesar de ainda ser tratado como “suspeito”. O *off*, coberto por imagens, informa que agentes da PF haviam prendido Milton Ribeiro ainda no início da manhã no prédio onde mora, em Santos. Entendemos que a construção narrativa produz um efeito de sentido em que se torna plausível para o espectador a hipótese de fuga do pastor caso a ação policial ocorresse mais tarde, já que o suspeito supostamente teria acesso a informações privilegiadas.

O *off* do repórter Artur Bernardi esclarece que a PF pediu a prisão do ex-ministro na operação Acesso Pago, que investiga a prática de tráfico de influência e corrupção para a liberação de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, o FNDE. Em uma construção didática, e com enquadramento noticioso negativo em relação ao governo federal, uma sequência de imagens contendo o prédio do MEC e Milton Ribeiro e os pastores sendo presos, a reportagem noticia que o juiz federal Renato Borelli havia determinado a prisão de Milton Ribeiro por suposto envolvimento nos crimes de corrupção passiva, prevaricação – quando um funcionário público deixa de cumprir o seu dever para atender a interesses pessoais –, advocacia administrativa – quando o servidor usa o cargo para defender interesses privados –, e tráfico de influência. O texto da reportagem destaca ser essa a primeira vez que um ex-ministro da Educação é preso por denúncias de corrupção no MEC desde a redemocratização, confirmando a crítica às irregularidades cometidas pela gestão de Jair Bolsonaro à frente da presidência da República.

Referendando tanto o trabalho executado pela Polícia Federal quanto o do Supremo Tribunal Federal, por meio da ministra Carmen Lúcia, que autorizou a abertura de inquérito em atendimento a um pedido da Procuradoria Geral da República para



---

investigar a existência de um gabinete paralelo dentro do MEC, o noticiário comprova sua “isenção” e o conseqüente compromisso de informar os espectadores sobre o que de mais importante acontece no Brasil e no mundo<sup>13</sup> (MEMÓRIA GLOBO, online). Reafirma esse (auto)compromisso ao publicizar uma conversa gravada pelo ex-ministro em uma reunião com prefeitos afirmando que o governo federal priorizava prefeituras que solicitavam recursos por intermédio do pastor Gilmar Santos. Em uma arte destacando uma foto em 3x4 do ex-ministro, com caracteres – Milton Ribeiro, em 23 de março de 2022, e com o texto também por escrito – o áudio revela que “a prioridade é atender primeiro os municípios que mais precisam e, em segundo, atender a todos que são amigos do pastor Gilmar. Foi um pedido especial que o presidente da República fez pra mim sobre a questão do Gilmar” (JORNAL NACIONAL, 2022, 3m30s).

A reportagem ainda destaca que, ao exibir imagens dos pastores em reuniões com Milton Ribeiro, mesmo sem ocupar nenhum cargo público, os pastores Gilmar Santos e Arilton Moura tinham trânsito livre no ministério e participavam de eventos oficiais, ressaltando que ambos costumavam marcar encontros de prefeitos com o ministro. Ademais, revela que, de acordo com denúncia de prefeitos, os pastores prometiam facilitar a liberação de recursos da Educação para municípios em troca de compra de bíblias, propina em dinheiro e até ouro. Veiculando imagens de bíblias com fotos de Milton Ribeiro e de Arilton Moura, o JN informa que as publicações chegaram a ser distribuídas em um evento do MEC em julho de 2021, em Salinópolis, no Pará, exibindo imagens do ex-ministro e dos dois pastores presentes na solenidade.

Em seguida, a notícia acrescenta que a polícia ainda havia prendido, no mesmo dia e preventivamente, o ex-assessor do MEC, Luciano Musse, e o ex-assessor da prefeitura de Goiânia, Helder Bartolomeu, cumprindo ao todo 13 mandados de busca e apreensão em São Paulo, Goiás, Pará e em Brasília. Antes da passagem, o *off* do repórter revela que um dos alvos da operação deflagrada pela Polícia Federal foi o prédio do Ministério da Educação para, em seguida, o repórter Artur Bernardi, em frente ao prédio do MEC, em Brasília, ressaltar que os agentes permaneceram por mais de quatro horas naquele local para saber quem frequentava o gabinete do ex-ministro.

A sequência da reportagem acrescenta que os pastores Arilton Moura e Gilmar Santos também frequentavam o Palácio do Planalto. Apresentando registros oficiais do

---

<sup>13</sup> Disponível em <https://memoriaglobo.globo.com/jornalismo/jornalismo-e-telejornais/jornal-nacional/historia/noticia/historia.ghtml>. Acesso em 07/07/2022.



---

prédio do gabinete do presidente da República, divulga que, de 2019 a fevereiro de 2022, Arilton Moura esteve 35 vezes no Palácio, em sua maioria sozinho. Todavia, destaca que, em dez visitas, Gilmar Santos também acompanhava o pastor, com dois dos encontros registrados na agenda oficial de Bolsonaro. E acrescenta, em um enquadramento noticioso negativo para o governo, que os dois pastores também foram ao Planalto e à presidência do FNDE fora da agenda. A notícia ainda denuncia que, para coibir a divulgação das visitas ao presidente, o gabinete de segurança institucional da presidência da República chegou a vetar a divulgação de informações oficiais, mas, após repercussão na imprensa o próprio GSI, recuou e divulgou os dados.

O noticiário dá voz à defesa de Milton Ribeiro, transcrevendo a nota divulgada à imprensa, condenando a prisão do pastor:

(...)inexiste razão para a prisão preventiva editada. A custódia é injusta, desmotivada e indiscutivelmente desnecessária. Vamos entrar com o pedido de Habeas Corpus visando o reconhecimento da coação ilegal imposta, especialmente porque os fatos são pretéritos e sem contemporaneidade. Não se poderia decretar a medida excepcional. (JORNAL NACIONAL, 2022, 06m00)

De volta à bancada, a segunda reportagem continua abordando o assunto, mas agora com enfoque em Bolsonaro e em sua mudança de discurso. A notícia questiona a alteração na posição do chefe do executivo no que diz respeito ao ex-ministro Milton Ribeiro, sugerindo que o presidente modificou sua argumentação para não perder força política. Isso porque Delis Ortiz inicia o *off* da notícia – coberto por imagens da prisão do ex-ministro – enfatizando que, no dia 24 de março, quando as denúncias contra o pastor estavam em seu auge, e quatro dias antes de Milton Ribeiro se ver “obrigado” a deixar o cargo, Bolsonaro havia defendido o membro de sua equipe em uma de suas *lives*<sup>14</sup>: “eu boto a minha cara no fogo pelo Milton; minha cara toda no fogo pelo Milton. Estão fazendo uma covardia com ele!” (JORNAL NACIONAL, 2022, 06m27s).

A repórter ressalta, entretanto, que após ser informado sobre a prisão de Milton Ribeiro, Bolsonaro havia modificado seu discurso em uma entrevista concedida à Rádio Itatiaia, em Belo Horizonte-MG, na manhã do dia 22 de junho. Com a reportagem exibindo imagens de Bolsonaro na entrevista, Delis Ortiz destaca que o presidente

---

<sup>14</sup> Desde o início de seu mandato, Bolsonaro faz lives semanais em suas redes sociais para “conversar” com seus apoiadores sobre os assuntos que julga serem mais importantes.

---

defendeu que Milton Ribeiro respondesse por seus próprios atos, paradoxalmente ao discurso adotado por ele no final de março. O *off* coberto por imagens da entrevista concedida pelo presidente à rádio mineira também ressalta a afirmação de Bolsonaro de que cada ministério tinha seu próprio “conjunto de regras éticas usado para prevenir e reduzir desvios de conduta” (JORNAL NACIONAL, 2022, 6m54s), assim como a defesa reiterada de que não havia corrupção em seu governo.

O caso do Milton, pelo o que eu estou sabendo, é aquela questão que ele estava de (estaria, né?) com uma conversa meio informal demais com algumas pessoas de confiança dele. E daí houve denúncia de que ele teria buscado prefeito, gente dele, para negociar, para liberar recursos, isso e aquilo. Bem, o que aconteceu? Nós afastamos ele. Se tem prisão, é Polícia Federal. É sinal de que a Polícia Federal está agindo. Ele responda pelos atos dele. Peço a Deus que não tenha problema nenhum, mas se tem algum problema a PF está agindo, está investigando. É um sinal que eu não interfiro na PF, porque isso aí vai respingar em mim, obviamente”. (JORNAL NACIONAL, 2022, 07m47s).

A reportagem continua compartilhando trechos da entrevista do presidente à Rádio Itatiaia ao salientar a revelação de Bolsonaro de que era impossível saber o que acontecia em todos os ministérios: “(...) é o que eu disse pra você. Eu tenho 23 ministros, tenho mais uma centena de secretários, mais de 20 mil cargos em comissão. Se alguém faz algo de errado, pô, vai botar a culpa em mim? Vinte mil pessoas! Logicamente, a minha responsabilidade é afastar e colaborar na investigação” (JORNAL NACIONAL, 2022, 08m11s). Todavia, contrapõe a afirmação do presidente ao revelar uma parte de seu discurso, em julho de 2021, sobre a atuação do seu governo no enfrentamento da pandemia, em Porto Alegre, quando relembrou escândalos de gestões anteriores à sua, enfatizando que não havia corrupção em seu governo porque ele mesmo havia chamado para si a responsabilidade sobre o que acontecia em seus ministérios, publicizando o momento em que afirma que “(...) eu sou o responsável por tudo que acontece ou deixa de acontecer nos meus ministérios. Eles querem de toda maneira nos rotular de corruptos” (JORNAL NACIONAL, 2022, 08m44s).

Na sequência, a notícia apresenta o atual ministro da Educação, Victor Godoy, ex-secretário executivo de Milton Ribeiro, e, portanto, o segundo mais importante da pasta na gestão do pastor, destacando que o MEC estava auxiliando nas investigações da Polícia Federal sobre o caso. Entretanto, acrescenta que Godoy esteve presente em pelo menos

---

cinco das reuniões entre Milton Ribeiro e os pastores presos, mas ratifica a afirmação do atual ministro de que não sabia das irregularidades.

(...) Nunca tive conhecimento ou qualquer tipo de postura do ex-ministro na minha frente que pudesse me levar a qualquer tipo de desconfiança. Naturalmente, os órgãos de investigação têm mecanismos de investigação mais robustos e a gente espera que, se alguém for culpado, se for comprovada de fato a culpa de quem quer que seja, que seja responsabilizado. (JORNAL NACIONAL, 2022, 09m32s)

Logo após enfatizar os discursos de Bolsonaro e do atual ministro da Educação sobre a prisão de Milton Ribeiro e das investigações em curso da Polícia Federal, o JN ainda destacou a defesa do ex-ministro feita pelo líder do governo na Câmara, deputado Ricardo Barros (PP-PR), em uma rede social, ao afirmar que “muitos dos que foram presos hoje estão inocentados após a conclusão das investigações. Espero que seja esse o caso do reverendo Milton Ribeiro”<sup>15</sup>, logo após a manchete “corrupção”, informando que o ex-ministro havia sido preso em uma operação que investigava desvios no MEC.

Já na passagem, Delis Ortiz ressalta que a prisão de Milton Ribeiro reativou a movimentação para a implantação de uma CPI a fim de averiguar o escândalo no Ministério da Educação. A jornalista enfatizou que a coleta de assinaturas feita por parlamentares filiados a partidos de oposição havia começado ainda em março, quando as denúncias tiveram início, depreendendo que esse fato se deu visto que “políticos consideram que para a Justiça chegar à ordem de prisão é porque a investigação chegou a fatos muito graves” (JORNAL NACIONAL, 2022, 9m50s). Em seguida, comprova sua afirmação ao veicular a cobrança feita pelo presidente da Comissão de Educação, senador Marcelo Castro (MBB-PI): “Lamentando a prisão deles. Isso é uma coisa que envergonha todos nós, à sociedade brasileira, mas evidente que providências precisam ser tomadas” (JORNAL NACIONAL, 2022, 10m35s).

Confirmando um enquadramento desfavorável às ações do governo federal, principalmente àquelas relativas ao Ministério da Educação, a reportagem acrescenta que a bancada do Partido dos Trabalhadores na Câmara dos Deputados entrou com um pedido de investigação no Supremo Tribunal Federal. Com tom inquisitório, a notícia destaca

---

15

Disponível em [https://twitter.com/RicardoBarrosPP/status/1539595271906230272?ref\\_src=twsrc%5Etfw](https://twitter.com/RicardoBarrosPP/status/1539595271906230272?ref_src=twsrc%5Etfw). Acesso em 08/07/2022.

---

parte do discurso feito no plenário da Câmara pelo deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), em que trata a questão como

uma notícia crime, pedindo para investigar quem mandou o ex-ministro Milton Ribeiro transformar o MEC e o FNDE em um balcão de negócios. O ministro falou várias vezes ‘eu recebi os pastores a mando do presidente da República’. Por isso, o Supremo Tribunal Federal deve autorizar esta casa a investigar imediatamente o presidente da República (JORNALNACIONAL, 2022, 11m11s).

Em seguida, a reportagem acrescenta, ao pronunciamento do deputado, uma nota emitida pelo presidente da Frente Parlamentar da Educação, deputado Israel Batista (PSB-DF) ratificando ser a prisão de Milton Ribeiro resultado de denúncias feitas pelo órgão, requerendo a investigação e a punição dos responsáveis. Para encerrar a notícia, mas persistindo na adoção de um enquadramento negativo para o governo federal, apresenta um discurso do presidente do senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), propondo uma apuração rigorosa tanto das ações do ex-ministro quanto do governo de Jair Bolsonaro ao destacar que

esse episódio precisa ser suficientemente esclarecido, porque ele tem contornos de grande gravidade. Obviamente que isso tem, além do impacto jurídico, também um grande impacto político. E o governo, naturalmente, deve dar as suas explicações, sobretudo o atual Ministro da Educação, em relação àquilo que possa ter acontecido nesse ministério (JORNAL NACIONAL, 2022, 11m56s)

Em uma nota pé, Renata Vasconcellos – em uma postura condenatória – destaca que o presidente Jair Bolsonaro havia alterado, além do discurso favorável ao pastor, a versão oficial para a saída de Milton Ribeiro do MEC ao afirmar que o ex-ministro foi afastado do cargo. Isso porque, quando da saída de Ribeiro do Ministério da Educação, em março de 2022, o governo anunciou que o pastor havia pedido demissão, mais uma vez ressaltando um comportamento descompromissado do presidente com a verdade, visto que modifica seus argumentos quando é de seu interesse.

Ademais, a nota informa que a justiça chegou a determinar a transferência do ex-ministro para Brasília, mas que decidiu mantê-lo em São Paulo por questões de logística, acrescenta que o pastor Arilton Moura está preso no Pará e sua defesa decidiu se pronunciar apenas nos autos do processo e que ainda não obtiveram resposta da defesa do pastor Gilmar Santos.

---

Depreendemos, nesse contexto, que, ao dedicar mais de 12 minutos iniciais de sua edição ao fato da prisão de Milton Ribeiro e ainda aos discursos controversos de Bolsonaro, o Jornal Nacional persiste adotando um enquadramento negativo em relação ao governo federal. O telejornal, sob o nosso ponto de vista, sugere aos seus espectadores que questionem as ações do governo, condenando os atos por ele praticados.

### **Considerações Finais**

Tomando por base os eixos de análise propostos em nosso trabalho, consideramos que o espaço destinado à prisão de Milton Ribeiro foi menor que àquele voltado para as mudanças de discurso de Bolsonaro em uma tentativa de desabonar o comportamento do chefe do executivo para que perdesse credibilidade em um ano eleitoral.

Dos pouco mais de 30 minutos da edição do dia 22 de junho de 2022, o Jornal Nacional dedicou quatro deles à prisão do ex-ministro do MEC e mais de sete às respostas controversas de Jair Bolsonaro, notoriamente condenando as ações tomadas por ele à frente do governo federal.

Nesse sentido, percebemos que toda a construção noticiosa sobre o fato, assim como seu desdobramento, em uma cobrança de postura do presidente, foi negativa, mais uma vez assumindo um posicionamento crítico em relação a Bolsonaro e seus ministros. Ao abordar as ações equivocadas e irregularidades da gestão de Milton Ribeiro à frente do MEC, o JN procura validar sua presença questionadora e informativa para seus espectadores, em uma oposição explícita ao governo de Jair Bolsonaro, assim como quando da saída dos demais ex-ministros da Educação, como a de Abraham Weintraub, por exemplo. No caso de Weintraub o contraponto estabelecido pelo noticiário é não pelo que está oculto, mas por atitudes e condutas inadequadas que o próprio ex-ministro orgulhosamente exibia, como as agressões dirigidas ao Supremo Tribunal Federal. Espécie de vilão trapalhão, um tanto jocoso, Weintraub foi confrontado por autoridades do legislativo, do judiciário e por especialistas na área de Educação (FALCÃO, MARTINS, COUTINHO, 2020). O Jornal Nacional assume nesse caso o papel do arauto, que anuncia, a partir dos sentidos que produz em sua edição, mais um fracasso do governo Bolsonaro.

Dessa forma, depreendemos que a criticidade é dirigida ao outro, em um olhar sobre o dever ser do governo, a quem caberia estabelecer políticas públicas de Educação

ancoradas sobretudo nos prometidos critérios técnicos, mas que apenas apresenta trocas ministeriais e escândalos.

Nesse sentido, as conclusões indicam que o telejornal reforça na cobertura analisada seu lugar de poder fiscalizador, enquanto ao governo caberia a escalação de um ministro da Educação alinhado ao que os parlamentares e especialistas esperam e defendem, ou melhor, ao que defendem aqueles cujo posicionamento ganhou visibilidade nas telas do JN. Ao mostrar “o que de mais importante aconteceu no Brasil e no mundo”, na sua receita eternizada em entrevistas do apresentador e editor chefe, William Bonner, o telejornal também busca contribuir para a legitimação de seu papel como fonte de conhecimento acreditado, como quarto poder central em uma sociedade que teria passado da cultura oral para a audiovisual sem experimentar plenamente a cultura escrita.

## REFERÊNCIAS

CERQUEIRA, Laerte. **A função pedagógica do telejornalismo: e os saberes de Paulo Freire na prática jornalística.** Florianópolis: Insular, 2018.

\_\_\_\_\_. & VIZEU, Alfredo. **Os saberes da pedagogia no telejornalismo: Paulo Freire e a prática jornalística.** Famecos, v.26, nr.1, 2019. Disponível em <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/31212/18535>. Acesso: 12/02/2021.

COUTINHO, Iluska. **O telejornalismo narrado nas pesquisas e a busca por cientificidade: A análise da materialidade audiovisual como método possível,** 2016.

\_\_\_\_\_. **Dramaturgia do telejornalismo brasileiro.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2012.

FALCÃO, Luiz Felipe; COUTINHO, Iluska; MARTINS, Simone. Quem e o Que é Notícia? Factual e Expectativa pela Cobertura do Jornal Nacional no Tensionamento Bolsonaro-Rede Globo. In: PAULINO, Rita; RODRÍGUEZ-HIDALGO, Claudia (orgs.). **Jornalismo, sociedade e pandemia.** 1ª ed. Aveiro-Portugal: Ria Editorial, 2020. P. 333-355. Disponível em <http://www.riaeditorial.com/index.php/jornalismo-sociedade-e-pandemia/>. Acesso em 13/08/2021.

GUTMANN, Juliana Freire. **Articulações entre Dispositivos Televisivos e Valores Jornalísticos na Cena de Apresentação do Jornal Nacional.** Disponível em <http://intercom.org.br/premios/2009/Gutmann.pdf>. Acesso em 06/04/2019.

JN. **JORNAL NACIONAL**, íntegra. (2022). Rio de Janeiro: Rede Globo de Televisão, 22 de junho de 2022. Programa de TV. Disponível em <https://globoplay.globo.com/v/10694250/>. Acesso em 06/07/2022.

MARINHO, João Roberto. Prefácio. **Jornal Nacional: 50 anos de telejornalismo.** Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019.

MARTINS, Simone. **Manifestações em foco?** Silenciamento x Cobertura dos protestos a favor da educação em 2019. In: 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – INTERCOM NACIONAL. Salvador, BA: 2020. Disponível em <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2020/resumos/R15-0926-1.pdf>. Acesso em 20/07/2022.

\_\_\_\_\_; FALCÃO, Luiz Felipe. **Manifestações em foco:** um olhar sobre as coberturas local e nacional dos protestos a favor da Educação e pró-Bolsonaro. In: 17º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, 17ºSBPJor. Goiânia, GO: 2019. <http://sbpjour.org.br/congresso/index.php/sbpjour/sbpjour2019/paper/viewFile/1990/1221>. Acesso em 13/08/2021.

\_\_\_\_\_; COUTINHO, Iluska; PEREIRA, Gustavo. **Jornal Nacional e a Cobertura da Pandemia: um Olhar sobre os Princípios de Educar, Informar e Entreter da TV.** In: GOBBI, Maria Cristina; SIMÕES, Rosa (orgs.). **Sociedade, ativismo midiático e democracia.** 1ª ed. Aveiro-Portugal: Ria Editorial, 2020. P. 333-355. Disponível em <http://www.rieditorial.com/index.php/sociedade-ativismo-midiatico-e-democracia/>. Acesso em 13/08/2021.

\_\_\_\_\_; FALCÃO, Luiz Felipe; COUTINHO, Iluska; LEAL, Paulo Roberto. **Baile noticiado em horário nobre:** a dança das cadeiras no Ministério da Educação na tela do Jornal Nacional. In: VIII Seminário Internacional de Pesquisas em Mídia e Cotidiano. Niterói, RJ: 2021. Disponível em [http://designnleitura.net.br/8sipmc/files/gt4\\_067\\_18117.pdf](http://designnleitura.net.br/8sipmc/files/gt4_067_18117.pdf). Acesso em 13/08/2021.

\_\_\_\_\_; COIMBRA; Mayra; FALCÃO, Luiz Felipe; OLIVEIRA, Luiz Ademir; COUTINHO, Iluska; LEAL, Paulo Roberto. **O embate de narrativas entre Jair Bolsonaro e o Jornal Nacional:** o pronunciamento da “gripezinha” sob o olhar da Análise da Materialidade Audiovisual. In: Intexto, nº 53, julho de 2022. Disponível em <https://seer.ufrgs.br/index.php/intexto/article/view/111937>. Acesso em 20/07/2022.

MEMÓRIA GLOBO. **Jornal Nacional:** História. Disponível em <https://memoriaglobo.globo.com/jornalismo/jornalismo-e-telejornais/jornal-nacional/historia/noticia/historia.ghtml>. Acesso em 07/07/2022.